

ATA DA 11ª REUNIÃO DO CG DA APA DE SANTA CRUZ 16.10.2018.



Local: Centro Dom Lamartine, Rua Manuel Lourenço, SN, Itapissuma	
Data: 16 do outubro de 2018	Hora: 10:00h às 12:00h
<p>Pauta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da ata da reunião anterior; - Apresentação dos status dos projetos em desenvolvimento na APA; - Apresentação, discussão e aprovação da atualização do Regimento Interno; - Criação do Grupo de Trabalho (GT) do Arranjo Produtivo Local (APL) da Pesca Artesanal e aprovação do seu regulamento; - Criação do Grupo de Trabalho (GT) do Arranjo Produtivo Local (APL) do Turismo e aprovação do seu regulamento; - Informes gerais. 	
Presentes - Nome/Entidade	
Paulo Roberto P. Batista - Presidência do Conselho - Apa de Santa Cruz - Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)	
Luçiana Bernardo da Silva - Secretária do Conselho - Prefeitura Municipal de Itapissuma (PMI)	
Maria José Pereira da Cruz - Colônia de Pescadores Z10	
Danielle da Silva Viana - Instituto Oceanário	
Maria da Conceição F. Rodrigues - Associação dos Comerciantes do Forte (ASCOFOR)	
Sydney Vieira - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)	
Maria da Graça Vasconcelos - Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá (PMII)	
Jorge Ricardo Cavalcanti - Prefeitura Municipal de Goiana (PMG)	
Ângela Maria Senna - Instituto de Pesquisas Agrícolas (IPA - Itapissuma)	
Emanuelle Cordeiro A. Souza - Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)	
Agnaldo Nunes de Souza - Consócio Diagonal-Proyfe	
Patrícia Mesquita Pontes - Consócio Diagonal-Proyfe	
Clovis Barreto - Secretaria de Meio Ambiente (PMII)	

Airton Eduardo P. Junior - Prefeitura Municipal de Itapissuma (PMI)

Manoel Cosme de C. Filho - Agência de Desenvolvimento de Goiana (AD Goiana)



Adeilton M. Vidal de Sousa - Apa de Santa Cruz - Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)

Às 10 horas de 16 de outubro de 2018 teve início a 11ª reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz, com o agradecimento a todos os presentes, conselheiros (as) e representantes de entidades interessadas. Foram justificadas as ausências das entidades: Colônia de pesca Z-15, Refinaria Abreu e Lima (PETROBRAS) e Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, isentando-as da falta; Luciana Bernardo (Secretária executiva do conselho) realizou a leitura da Ata da reunião anterior; Paulo Roberto (Presidência do conselho) prestou esclarecer alguns assuntos pendentes; informou que havia sido realizada a alteração Artigo 5º do Decreto Criação da APA, sendo possível a partir de agora reestruturar o Conselho Gestor através de portaria da CPRH, o que antes era por meio de Ato do Governador; Paulo anunciou também que, ao consultar o Núcleo de Avaliação de Impactos Ambientais (NAIA) da CPRH, teve ciência que a antiga Odebrecht, atualmente BRK, havia solicitado o arquivamento do processo de Licença de Prévia (LP), do Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário para a Ilha de Itamaracá por questões de prioridade da empresa. Desta forma sua proposta foi de incluir na programação de 2019/2020 do CG, as questões que tratem dos Sistemas de Tratamento de Esgoto Sanitário dos três municípios que compõem a APA; Luciana informou que em Itapissuma já existe também uma PPP entre a COMPESA e o Município e que a prefeitura foi acionada pelo Ministério Público acerca da ETE da área do Cajueiro, e que a CPRH também intimou o Município a responder algumas questões também da ETE do Cajueiro e a Secretaria de Meio Ambiente estava respondendo, junto com a Secretaria de Obras e Procuradoria; Informou ainda que uma ETE foi implantada na década de 90 para atender a 600 famílias, e que atualmente em virtude do crescimento populacional da área o sistema está em colapso. Outro assunto abordado na reunião anterior foi aplicação os recursos financeiros oriundos de compensação ambiental. Após consulta à setores da CPRH, Paulo esclareceu que a administração dos recursos se dá por meio da Câmara Técnica de Compensação Ambiental (CTCA) da CPRH; e, quando um empreendimento de significativo impacto ambiental solicita uma (LP), durante o processo de Licença Prévia é calculado o valor do recurso destinado à compensação ambiental; e que no processo de Licença de Instalação (LI) este recurso é recebido através de abertura de uma conta específica, administrada pela (CPRH), e que o recurso deve ser aplicado com base nos artigos 47 e artigo 51 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e a resolução CONSEMA nº04 de 2010, em projetos que beneficiem as Unidades de Conservação direta ou indiretamente afetadas pela instalação e operação do empreendimento. Paulo salientou que os projetos em

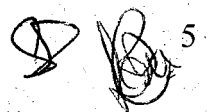
  2

desenvolvimento na APA trazem um incremento de pessoal para as atividades da gestão, por meio dos serviços dos consultores de entidades que possuem termos de colaboração com a CPRH. Clovis Barreto (Secretário de Meio Ambiente de Itamaracá) informou que o município planeja implementar a fiscalização e o licenciamento ambiental. Paulo citou a lei complementar 140 de 2011, que delega atribuições para entes da federação, dos estados e dos municípios, e que o conselho da APA pode apoiar as prefeituras no sentido fortalecê-las para aplicar a referida lei. Clóvis ressaltou a importância de realização de concursos públicos, tendo em vista o reduzido quadro de servidores no estado e nos municípios. Luciana ratificou a necessidade de concursos públicos para as atividades de fiscalização e licenciamento. Após os supracitados esclarecimentos e alguns ajustes de digitação, a ATA da 10ª Reunião do Conselho Gestor foi aprovada sem ressalvas. Seguindo a pauta da reunião Paulo iniciou a apresentação do status dos projetos em desenvolvimento na APA. Foi apresentada a Identidade visual da APA, que é parte dos trabalhos de sinalização das Unidades de Conservação de Pernambuco, e que as próximas fases preveem os layouts das placas de sinalização e, posteriormente, a instalação das mesmas, numa parceria entre a CPRH e a CELPE. Clóvis informou que recentemente houve a instalação de 19 placas informativas no âmbito do Projeto Orla e que receptividade dos frequentadores das praias estava sendo boa. Em seguida, Paulo iniciou a apresentação do andamento do Projeto de Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental, realizado pela CPRH e desenvolvido pelo CEPAN; apresentou imagens da fase de mobilização e lançamento do projeto, e da fase de capacitação de 50 agentes, realizada em janeiro de 2018, na Escola de Referência Jurídica Cadaval, em Itapissuma, durante uma semana, totalizando 40 horas aula. Na sequência, apresentou a fase de construção do Plano de Ação e o início da execução do Plano com reuniões com gestores, professores e educadores de apoio nos municípios que compõem a APA (Itamaracá, Itapissuma e Goiana). Também foram apresentados os registros das Atividades Itinerantes já realizadas em onze escolas municipais de Itamaracá, levando para reflexão das crianças do fundamental 1 os três temas escolhidos (pesca predatória, resíduos sólidos e desmatamentos), além da divulgação da existência da APA. Foram apresentados também os materiais de divulgação para as ações (banners com a história de Maria Natureza, folders, cartazes, adesivos, vinheta, camisas e bonés) desenvolvidos de forma participativa com o grupo de artes dos agentes em formação. Paulo destacou o impedimento do uso da maioria dos materiais no período eleitoral, mas informou também havia recentemente recebido a liberação para uso dos materiais após o primeiro turno das eleições. Por afim, foi apresentada a relação das ações seguintes previstas no Plano (Rodas de conversa e Atividades Itinerantes nas escolas, comunidades e com Agentes de Saúde; Mutirões de Sensibilização nas Orlas de Itamaracá e Itapissuma) para serem realizadas em outubro, novembro e dezembro. Emanuelle Souza (CEPAN) ressaltou a necessidade do grupo de compras, composto pelos agentes, solicitarem a aquisição dos materiais de divulgação via e-mail. Em seguida foi mostrado o registro fotográfico da oficina de revisão do

Regimento Interno do Conselho Gestor, que aconteceu em agosto de 2018 com um número significativo de conselheiros, onde foram propostos alguns ajustes para serem aprovados nesta reunião. Paulo também lembrou que no período da tarde haveria uma segunda oficina coordenada pelo CEPAN, desta vez para uma capacitação em captação de recursos para serem aplicados em Unidades de Conservação e apresentou a relação de participantes. Acerca do Projeto para elaboração da Publicação Educativa "(Re)conhecendo o valor ecológico da APA de Santa Cruz", realizado pela CPRH e desenvolvido pelo Instituto SIADES, foram apresentados os registros fotográficos das três oficinas participativas realizadas, uma em cada município da APA, sendo a última realizada em janeiro de 2018; e que de março à outubro o instituto realizou a sistematização dos dados colhidos, o levantamento documental e o início da diagramação. Em primeira mão, foi apresentada aos conselheiros a aquarela da capa da publicação. Paulo ressaltou a importância da representatividade ambiental, social, histórica, cultural e econômica; e que o lançamento da Publicação estava previsto para novembro, bem como um workshop para a elaboração do plano de distribuição e utilização da publicação em 2019. Referente ao projeto para produção de um vídeo educativo para a APA de Santa Cruz (Navegando no Canal de Santa Cruz) realizado pela CPRH e desenvolvido pelo Instituto Evoluir, Paulo informou que após a oficina participativa e elaboração do roteiro realizados em 2017, as filmagens foram captadas em maio de 2018 com participação de atores locais e de alguns agentes populares em educação ambiental em formação, no sentido de integrar os projetos; que atualmente o vídeo estava em fase final de ajustes e que também seria lançado em novembro na Semana de Biodiversidade, com distribuição programada para 2019. Jorge Cavalcanti (Prefeitura de Goiana) sugeriu a realização de eventos nos três municípios para o lançamento do Vídeo. Luciana citou o Cine Maré que é realizado em Itapissuma. Acerca do andamento do Projeto de Elaboração de Diagnóstico e Estratégias de Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a APA de Santa Cruz, realizado pela CPRH e desenvolvido pelo Consórcio Diagonal-Proyfe, Paulo elencou as fases já realizadas e produtos entregues: Produto 1A - Identificação, Mapeamento e Seleção de dois APLs para APA de Santa Cruz (sendo selecionados os arranjos da pesca artesanal e do turismo); Produto 2A - Mapeamento dos atores locais, Diagnóstico da Competitividade e Base de Dados dos dois APLs da APA de Santa Cruz; Produto 03A - Criação dos Grupos de Trabalho (GT) e elaboração dos seus modelos de gestão dos dois APLs da APA de Santa Cruz (a ser instituído na presente reunião). Para este produto foram realizadas três reuniões para a formação de cada GT; Produto 4A - Plano de Desenvolvimento dos dois APLs da APA de Santa Cruz (para este produto foram realizadas visitas técnicas, como por exemplo, à Ilha de Deus, que possui um receptivo turístico de base comunitária); Na sequência foi convidada Patrícia Pontes (consultora do Consórcio Diagonal-Proyfe) para apresentar o andamento e as próximas fases do projeto. Patrícia ressaltou que objetivo principal do projeto é a elaboração de um Plano de Negócios para cada arranjo (Produto 5A - Plano de Negócio dos dois APLs da APA de Santa Cruz); que seria como um "manual" com cálculos para a

  4

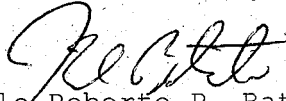
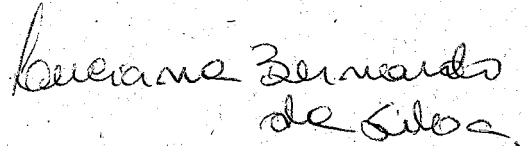
consolidação de um negócio; que pela experiência de trabalho dos consultores, com este documento bem elaborado o processo de captação de recurso para sua implementação seria mais favorável; que os demais produtos seriam mais simples (Produto 6A - Oficinas de Capacitação e Seminário de Integração dos dois APLs da APA de Santa Cruz e Produto 7A - Relatório Técnico: Monitoramento e Avaliação de Resultados dos dois APLs da APA de Santa Cruz), porém a fase da capacitação seria bem intensa, tanto pelo número de oficinas quanto para manter a mobilização dos atores. Patrícia também ressaltou a importância do formato de projetos piloto, tendo em vista o extenso território da APA; que para o APL da pesca artesanal o projeto estava sendo concentrado na comunidade de Atapuz, no Município de Goiana, e para turismo a região do Forte Orange, em Itamaracá; e que a consolidação das atividades nestes locais poderia ser irradiada para outras regiões da APA. Para as próximas atividades com o grupo da pesca, Patrícia citou a realização do curso de cooperativismo em parceria com SESCOOP, uma oficina de educação financeira e outra de empreendedorismo feminino para as marisqueiras de Atapuz; e que também haveria a apresentação dos Planos de Negócios e o Seminário de Integração dos dois APLs. Manoel Filho (AD Goiana) relatou que vem participando das atividades e que projeto também vem observando as falhas de esforços no passado para a consolidação de arranjos produtivos, como uma perspectiva de aprimoramento. Patrícia destacou a importância de um período de incubação para implementação dos planos e de parcerias com universidades. Manoel concluiu falando da importância do empoderamento e fortalecimento dos atores locais. Para o grupo do turismo, Patrícia citou a realização de cursos do SEBRAE (Soluções para o território e Formulação de produtos turísticos) tendo em vista a formação de um receptivo turístico, e também o curso de cooperativismo do SESCOOPE. Patrícia ressaltou a importância do processo participativo durante todo o projeto, sobretudo na construção dos Planos de Negócio. A consultora também destacou o momento de apresentação de andamento do projeto no Comitê Estadual da Pesca, que se demonstrou interessado em acompanhar o projeto; inclusive com presença de Joana Mouzinho (Colônia de pescadores Z10) de Itapissuma e conselheira da APA. Seguindo a pauta da reunião, Paulo apresentou a proposta de atualização do Regimento Interno, que foi elaborada em uma oficina com a presença de atores do próprio conselho. As alterações propostas foram: a inclusão do Decreto Estadual nº 44.789 de 2017, que altera o artigo 5º do Decreto de criação da APA nº 32.488 de 2018, para que a composição do conselho passe a ser designada por portaria do Órgão Gestor (CPRH); alteração do inciso VII do Art. 9º. Compete à Plenária, manifestar-se, por maioria absoluta dos seus membros, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na APA, propondo medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, se for o caso; e alteração do inciso XV do mesmo artigo para a redação - encaminhar, mediante provocação de pelo menos um Conselheiro e/ou da sociedade civil, aos órgãos públicos competentes denúncia sobre empreendimentos e atividades causadoras ou potencialmente causadoras de impacto ambiental na APA; o aumento para 15 dias do prazo mínimo de antecedência para a convocação de reuniões ordinárias; a inclusão do § 3º - Em

 5

caráter emergencial, a plenária poderá realizar decisões via e-mail, desde que enviado no prazo mínimo de 07 (sete) dias de antecedência e com aprovação da maioria absoluta; e o § 4º - O calendário anual das reuniões deverá ser definido e previamente informado até a última reunião plenária do exercício anterior; no Art. 11 a inclusão do § 2º - A ata da reunião deverá ser lavrada e aprovada na mesma sessão; no Art. 22 incluir o inciso IX - Obter junto ao órgão ambiental licenciador e comunicar aos Conselheiros a lista de processos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental no âmbito da APA; alteração o Art. 25 para - Os Grupos de Trabalho serão criados e apresentados à plenária, terão caráter temporário e serão criados para analisar questões específicas que não puderem ser tratadas pela Plenária sem uma avaliação prévia mais detalhada, cabendo-lhes elaborar parecer e submetê-lo à Plenária para discussão e deliberação. § 1º - O regulamento interno do Grupo de Trabalho definirá o objetivo, a composição e como se dará o funcionamento do mesmo. § 2º - A CPRH na condição de Presidente do Conselho assegurará o funcionamento dos Grupos de Trabalho criados, prestando-lhes apoio técnico e administrativo sempre que solicitado; alteração o Art. 26 para - Os Grupos de Trabalho serão compostos por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) Conselheiros titulares ou suplentes e, quando necessário, serão convidados especialistas nos temas a serem discutidos, observado o limite máximo de 20 (vinte) integrantes; alteração do Art. 28 para - A periodicidade das reuniões e o tempo de duração do Grupo de Trabalho serão estabelecidos por meio do regulamento interno que efetivará sua criação. As alterações e inclusões supramencionadas foram referendadas pela plenária, exceto a alteração do inciso VII, do Art. 9º. Compete à Plenária, manifestar-se, por maioria absoluta dos seus membros... Cujas plenária optou por "maioria simples", deste modo à atualização do regimento interno do CG da APA de Santa Cruz foi aprovada. Seguindo a pauta foram apresentados os regulamentos dos Grupos de Trabalho dos APLs de pesca artesanal e do turismo. Alguns ajustes foram realizados sem prejuízo à essência dos documentos. Por fim, foi instituído o Grupo de Trabalho do Arranjo Produtivo Local da Pesca artesanal, com a seguinte composição inicial: Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, Colônia de Pescadores de Itapissuma - Z-10, Colônia de Pescadores de Atapuz - Z-15, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Itapissuma, Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Goiana e Agência de Desenvolvimento de Goiana - AD Goiana, e aprovado seu regulamento que seria disponibilizado posteriormente. Da mesma forma, foi instituído o Grupo de Trabalho do Arranjo Produtivo Local do Turismo, com a seguinte composição inicial: Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH; Associação dos Comerciantes do Forte - ASCOMFOR, Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá - AHITA, Associação dos Jangadeiros do Forte Orange, Associação de Micro e Pequenos Empresários da Ilha de Itamaracá - AMICRO, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Ilha de Itamaracá, e aprovado seu regulamento que seria disponibilizado posteriormente. Seguindo para os informes, último item da pauta, Paulo citou a campanha de entrega voluntária de animais silvestre a ser realizada em 26 de novembro no município de

Itapissuma e a Semana da Biodiversidade com o lançamento da Publicação Educativa e do Vídeo da APA de Santa Cruz, com datas a serem confirmadas. Foram distribuídos cartazes e adesivos do projeto de Formação dos Agentes Populares em Educação Ambiental e foi encerrada a reunião.

Luciana Bernardo/Secretaria do Conselho



Paulo Roberto P. Batista/Presidência do Conselho

Itapissuma, 16 de outubro de 2018.